

## Ética jornalística na primeira década do século XXI: um mapeamento de ocorrências<sup>1</sup>

### La ética periodística en la primera década del siglo XXI: un mapeo de ocurrencias

#### *Journalistic ethics in the first decade of this century: a mapping of occurrences*

Rogério Christofoletti<sup>2</sup>

Marianne Oliveira Ternes<sup>3</sup>

**Resumo** O trabalho apresenta um mapeamento de como o tema da ética jornalística foi descrito no período de 2001 a 2010 no site do Observatório da Imprensa (OI), o mais tradicional veículo de crítica de mídia da América Latina. Esta pesquisa se concentra em possíveis impactos dos avanços tecnológicos no exercício profissional dos jornalistas e na sustentação deontológica de suas escolhas e condutas. Interessa-nos analisar como as bases éticas do jornalismo vêm se modificando nos últimos anos, e se há um redimensionamento desses valores com a emergência de novas tecnologias de informação e comunicação.

**Palavras-chave:** Valores éticos. Dilemas éticos. Conduta dos jornalistas. Deontologia. Novas tecnologias.

**Resumen** Este trabajo presenta un mapeo de cómo el tema de la ética periodística se describe en el período 2001 a 2010 en la página web del Observatorio da Imprensa (OI), el más tradicional mediawatcher en América Latina. Esta investigación se centra en los impactos potenciales de los avances tecnológicos en el ejercicio profesional de los periodistas y de la conducta

<sup>1</sup> Uma versão do artigo foi aprovada para apresentação no XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de Comunicación (Alaic), que se realiza em maio de 2012 em Montevideo (Uruguai). Texto inédito.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Computação pela USP. Professor do Departamento de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Pós-graduação em Jornalismo/UFSC e pesquisador do CNPq. E-mail: rogerio.christofoletti@uol.com.br

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Jornalismo da UFSC. Bolsista de Iniciação Científica (Pibic-CNPq). E-mail: marianne-ternes@gmail.com

*profesional en apoyo de sus decisiones y comportamientos. Estamos interesados en analizar cómo la base ética del periodismo ha ido cambiando en los últimos años con la aparición de nuevas tecnologías de información y comunicación.*

**Palabras-clave:** *Valores éticos. Dilemas éticos. Conducta de los periodistas. Deontología. Nuevas tecnologías.*

**Abstract** *This work presents a mapping of how the issue of journalistic ethics was described in the period 2001 to 2010 on the website of Observatório da Imprensa (OI), , the most traditional vehicle for critical media in Latin America. This research focuses on potential impacts of technological advances in the practice of journalists and professional conduct in support of their choices and behaviors. We are interested in analyzing how ethical basis of journalism have been changing in recent years, and if there is a scaling of these values with the raising of new information and communication technologies.*

**Keywords:** *Ethical values. Ethical dilemmas. Conduct of journalists. Deontology. New technologies.*

---

Data de submissão: 11/04/2012

Data de aceite: 20/04/2012

De que forma as transformações provocadas a partir das novas tecnologias de informação e comunicação se traduzem nas condutas dos jornalistas? Como o desenvolvimento tecnológico incide na ética desses profissionais? Esses dois questionamentos motivaram-nos a buscar compreender melhor como a ética jornalística e seus entornos se organizam atualmente. Tomamos como parâmetros as ocorrências de deslizes éticos, a emergência de dilemas na profissão, escândalos e casos polêmicos ocorridos na primeira década do século XXI. A abrangência do período permite uma sedimentação mínima de elementos que ajudem a compor o cenário ético na profissão, algo que nos permita entrever como jornalistas estão tendo seus comportamentos e condutas alterados pela reconfiguração de suas rotinas, ambientes e contextos de trabalho. É evidente que o período contemplado não é totalizante, mas já possibilita uma amostra dos fenômenos que rondam o tema.

Um mapeamento de ocorrências no campo da ética profissional é uma etapa importante para a atualização do cenário, sendo necessárias também outras incursões, como a identificação dos valores éticos predominantes, a observação de sua vigência em regras consagradas pela categoria, a sistematização dos principais debates sobre as condutas no âmbito profissional, e a consequente reorganização dos componentes de uma ética emergente e em fase de consolidação. Particularmente, estamos envolvidos com essas tarefas<sup>4</sup>, mas, para o escopo deste trabalho, vamos nos deter a apresentar as linhas principais de um mapeamento das ocorrências que tratam de ética jornalística.

Não é demasiado afirmar que o desenvolvimento tecnológico no campo da comunicação e a ampliação de possibilidades de expressão provocaram transformações nas formas de sociabilidade e comunicabilidade humanas. Essas mudanças parecem se estender ininterruptamente nos dias atuais, na medida em que são apresentadas ao público ferramentas e sistemas que incentivam a participação no processo comunicativo. Sites de relacionamen-

<sup>4</sup>Esses esforços estão previstos na pesquisa "Redimensionamento de valores éticos no jornalismo a partir de impactos tecnológicos", iniciada em 2010 e que deve se estender até 2013, com recursos do CNPq. Alguns dos resultados estão em CHRISTOFOLETTI (2011), CHRISTOFOLETTI, OLIVEIRA (2011) e KARAM; CHRISTOFOLETTI (2011).

to, blogs e microblogs, serviços de compartilhamento de arquivos, dentre outros, têm permitido não só o acesso massivo às potencialidades da internet mas também estremecido protocolos tradicionais na comunicação.

Na esfera profissional e no mundo do trabalho do jornalismo, ao menos quatro fatores foram determinantes para sensíveis mudanças: a) surgiram sistemas facilitadores de publicação de conteúdos na internet; b) ampliou-se o acesso a fontes primárias de informação; c) algumas etapas no processo de produção da informação puderam ser reduzidas; d) criaram-se alternativas de encontro de fontes e públicos sem a mediação de terceiros. Isto é, tarefas que antes eram exclusivas de jornalistas profissionais foram descentralizadas, permitindo que quaisquer outros usuários do sistema tivessem condições de desempenhá-las em algum nível. Com cinco cliques e de forma gratuita, o sujeito pode criar um blog, um meio de comunicação em que possa fazer fluir os conteúdos que produz, adapta ou reproduz; em segundos, o blogueiro pode acessar bancos de dados a que antes apenas os jornalistas tinham acesso; sem intermediários, o blogueiro cria suas audiências, conecta-se a suas fontes de informação...

Combinados ou atuando de forma isolada, os quatro fatores acima mencionados provocam discussões sobre a importância, necessidade e função dos jornalistas na atualidade. O cidadão comum não dependeria mais de canais jornalísticos para se sentir sintonizado com os fatos do cotidiano. De forma extrema, poderia prescindir desse contingente profissional.

Descontados os exageros, três planos são comumente observados diante das novas configurações: a) mudanças no perfil do jornalista e a necessidade de sua rápida adaptação a novos papéis, aspectos explorados por Gillmor (2004), Deuze (2006), Palacios (2007), Salaverría & Avilés (2008), e Mancini (2011), dentre outros; b) atualizações nos desafios e preocupações éticas na área, temas tratados por Friend & Singer (2007), Ess (2009) e Foreman (2010), por exemplo; c) transformações estruturais e um virtual ocaso do jornalismo, reflexão realizada por nomes como Meyer (2007), Scherer (2008-2009) e Bird (2009).

Complexo, o cenário incita indagações em torno dos avanços tecnológicos, mas também implicações políticas, sociais e deontológicas.

As implicações políticas e sociais estão ligadas ao campo da cidadania, democracia e direito à comunicação. Isto é, acesso pretensamente universal à internet, multiplicação de fontes de informação e possibilidades concretas de acompanhamento público de atos políticos fortalecem os sujeitos no tecido social e reforçam a dimensão do pacto democrático. Tais desdobramentos são muito instigantes do ponto de vista analítico, mas não nos interessam agora. Nossa atenção se concentra nos impactos dos avanços tecnológicos no exercício profissional dos jornalistas e na sustentação deontológica de suas escolhas e condutas. Interessa-nos analisar como os valores de base do jornalismo estão se modificando nos últimos anos, já que o usuário comum dispõe de meios semelhantes aos do jornalista, mas não tem seus mesmos deveres deontológicos.

### **Um observatório dos movimentos no campo da ética**

Para efetuar um mapeamento das ocorrências do campo da ética na área, recorreremos ao *website* do Observatório da Imprensa (OI)<sup>5</sup>, projeto brasileiro que é a mais antiga experiência de *media criticism* da América Latina. Criado em 1996, a partir do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor)<sup>6</sup>, o OI já surgiu como veículo da internet. A *World Wide Web* dava seus primeiros passos no Brasil e, em abril daquele ano, era publicada a primeira edição do que viria a ser o principal *mediawatcher* do país<sup>7</sup>, com atualização ininterrupta na internet. Na sequência, o OI também ganhou um programa semanal de TV e comentários radiofônicos diários, todos retransmitidos por emissoras públicas. Como atestam Egypto & Malin, “o OI converteu-se numa história de sucesso feita com meios franciscanos e conceitos poderosos” (2008, p. 178).

<sup>5</sup> Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

<sup>6</sup> Detalhes dos primórdios do projeto são narrados por Egypto & Malin (2008).

<sup>7</sup> Evidentemente, o Observatório da Imprensa não é o único canal de análise e crítica dos meios de comunicação brasileiros. Ângela Loures empreende o que chama de uma “pequena história da crítica de mídia no Brasil”. Conferir outros atores e capítulos dessa narrativa em Loures (2008).

Ao longo do tempo, o OI foi desenvolvendo características de uma “arena” de debates (cf. ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2001), com a publicação de artigos de cidadãos e profissionais da área, e do noticiário dirigido ao campo. Para Braga (2006), o OI empreende um “esforço de abrangência de interlocução”, estampado na “diversificação de temáticas e de tipos de abordagem das questões jornalísticas, na ampliação de enfoque para outras mídias, na busca de angulações variadas, nas relações apontadas entre questões da imprensa e questões de sociedade e no endereçamento de falas a públicos diversificados” (2006, p. 132).

Sem perder de vista a longevidade da experiência, seu sucesso, influência e absorção junto ao mercado de jornalismo e comunicação, e levando-se em consideração também o acumulado construído nesses dezesseis anos de circulação, tomamos o OI como um banco de dados para o mapeamento de ocorrências sobre ética.

No período pesquisado, o *website* publicou 52463 textos em 517 edições, a saber:

**Tabela 1: Dados de publicação do Observatório da Imprensa entre 2001 e 2010.**

Ano	Numeração das edições	Edições	Artigos publicados
2001	de 105 a 152	47	4454
2002	de 153 a 204	52	5059
2003	de 205 a 257	53	5333
2004	de 258 a 309	52	5200
2005	de 310 a 361	52	5161
2006	de 362 a 413	52	4934
2007	de 414 a 465	52	5195
2008	de 466 a 518	53	5434
2009	de 519 a 570	52	6128
2010	de 571 a 622	52	5565
-	-	517	52463

Fonte: Dados contabilizados a partir do *website* do OI.

Os mais de 52 mil artigos estão distribuídos em catorze seções, com textos opinativos, analíticos e informativos. Braga (2006, p. 111) propõe um quadro organizatório das seções no OI, sugerindo que exista um “núcleo de crítica à imprensa”, circundado por núcleos de “objetos complementares de observação”, de “interação com setores formadores”, de “articulação com a sociedade/leitores”, de “articulação crítica entre imprensa e sociedade”, e do “que se publica sobre o tema 'imprensa”.

Após sucessivos pré-testes para coleta dos dados, optamos por trabalhar apenas com quatro seções – *Imprensa em Questão*, *Jornal de Debates*, *Monitor da Imprensa* e *E-notícias* –, por entendermos que esses espaços reúnem os textos que tratavam da temática da ética e de aspectos relacionados às tecnologias na área. Pelo esquema de Braga, contemplamos os núcleos “crítica à imprensa”, “objetos complementares de observação”, “articulação crítica entre imprensa e sociedade” e “o que se publica sobre o tema 'imprensa””, o que nos garante abrangência e equilíbrio entre conteúdos opinativos, analíticos e informativos.

Os procedimentos metodológicos de coleta das ocorrências seguiram os passos apontados por Bardin (1977) e Krippendorff (1990) na análise de conteúdo. Todos os textos publicados nas seções definidas, no período determinado, foram separados para leitura, sendo feita a triagem dos artigos que tratassem do tema da ética jornalística<sup>8</sup>. Valores, princípios, condutas, deslizes, erros, abusos, crimes, violações, preocupações, tendências, desvios, recomendações, códigos deontológicos, casos e conceitos ligados ao tema foram usados para a identificação de textos. No final da coleta dos dados, chegou-se a um conjunto de 1059 textos que tratavam do assunto, o que provocou nova leitura do *corpus* a fim de identificar coincidências, afinidades temáticas e proximidades conceituais. Após essa etapa, passamos a formular categorias que pudessem reorganizar os dados de maneira a observar com mais nitidez as ocorrências. A lista que foi se compondo – por diversas razões – acabou por se tornar um rol de “pecados” dos jornalistas, de vícios e violações a normas éticas.

<sup>8</sup> Agradecemos a Monique Paloma Teixeira Nunes, bolsista de iniciação científica (Pibic-CNPq) e à mestranda Cândida de Oliveira, que atuaram na coleta de dados junto ao *website* em 2010 e 2011.

Para chegar às categorias, recorremos a autores que já listaram vícios, como Meyer (1989), Hulteng (1990), Goodwin (1993), Karam (1997), Marcondes Filho (2000), Ward (2004), Keeble (2006) e Bucci (2000; 2009). A lista ultrapassou duas dezenas de classes, às quais acrescentamos outras, totalizando trinta categorias. Elas não esgotam os temas da ética jornalística, mas entendemos que cobrem a quase totalidade dos casos.

#### Quadro 1: Categorias para análise das ocorrências.

Imprecisão	Incorreção	Distorção da informação	Manipulação de imagem	Vazamento no sigilo das fontes
Parcialidade ou desequilíbrio	Invasão de privacidade	Plágio	Sensacionalismo	Censura
Autocensura	Obter vantagens como jornalista	Encobrir fontes, versões ou dados	Injúria	Calúnia
Difamação	Receber presentes ou agrados	Aceitar suborno	Impedir a manifestação de opiniões divergentes	Acumular funções de assessor de imprensa e jornalista simultaneamente
Prejulgamento	Ouvir apenas um dos lados	Roubar documentos	Usar identidades falsas/Ocultar	Usar câmeras ocultas
Gravar declarações sem autorização da fonte	Usar um fake de redes sociais para fazer matéria	Violar e-mails privados	Não retificar a matéria quando houver erro	Usar as redes sociais para difundir notícias erradas

Fonte: Classes reunidas pelo autor.

### Um mapa das ocorrências sobre ética

O levantamento do período identificou 1059 textos nas quatro seções do OI que tratam explícita e diretamente de ética jornalística. Essas unidades foram lidas e classificadas nas 30 categorias já mencionadas, reorganizando o material. Em diversos casos, percebeu-se que uma mesma

ocorrência se enquadrava em mais de uma categoria, como na história de uma notícia publicada pela Associated Press em 2003 sobre a morte de dois soldados norte-americanos em Bagdá. O exército dos Estados Unidos acusava a agência de divulgar notícia falsa, unilateral e sensacionalista<sup>9</sup>. Em situações análogas, o mesmo texto recebeu mais de uma categoria, o que ampliou o *quantum* de unidades de análise para 1241.

É importante frisar dois aspectos: a) embora a coleta dos dados tenha sido feita num *website* brasileiro, os dados não se restringem ao país; b) um mapeamento deste tipo é sempre incompleto, já que leva em consideração as menções feitas pelos autores que alimentam o sistema. O mapa não é o território, mas uma representação, um recorte dele.

Classificados os textos, optou-se ainda por reagrupar as ocorrências para facilitar a análise dos dados. As trinta categorias foram reunidas em seis grupos:

**Tabela 1: Grupos e categorias por percentual de ocorrência.**

Grupo	Categorias	Ocorrência
G1 – Aspectos diretamente ligados à informação veiculada	. Imprecisão = 78 casos . Incorreção = 138 casos . Distorção = 179 casos . Encobrir fontes, versões, informações = 90 casos	39%
G2 – Vícios de cobertura jornalística	. Parcialidade ou desequilíbrio = 163 . Sensacionalismo ou exagero = 102 . Prejulgamento = 19 . Ouvir apenas um dos lados = 17	24,2%
G3 – Formas de impedimento do fluxo de informação	. Censura = 181 . Auto-censura = 16 . Impedir manifestações divergentes = 2	16,1%
G4 – Deslizes éticos que coincidem com crimes de imprensa	. Injuriar = 22 . Caluniar = 31 . Difamar = 70	10%

<sup>9</sup> A reportagem trazia informações não oficiais e de testemunhas desconhecidas sobre degolações e mutilações de dois soldados, com crimes praticados por um grupo em Bagdá. As informações foram depois contestadas pelo Exército, que teria atribuído as mortes ao incêndio ocorrido no veículo em que estavam as vítimas. Esta unidade do corpus foi enquadrada nas categorias “Incorreção”, “Sensacionalismo ou exagero na cobertura” e “Ouvir apenas um dos lados”. Mais informações em “Exército acusa AP de espalhar artigo contestado”, disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mo021220032.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

Grupo	Categorias	Ocorrência
G5 – Ocorrências ligadas às novas mídias e às novas tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Manipulação de imagem = 17</li> <li>. Invasão de privacidade = 31</li> <li>. Plágio = 17</li> <li>. Câmeras ocultas = 04</li> <li>. Gravar declarações sem autorização da fonte = 08</li> <li>. Usar um fake para fazer matéria = 03</li> <li>. Violar e-mails e telefonemas = 03</li> <li>. Usar redes para disseminar informações falsas = 01</li> </ul>	6,8%
G6 – Demais desvios de conduta dos jornalistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Vazamentos no sigilo das fontes = 10</li> <li>. Obter vantagens como jornalista = 05</li> <li>. Receber presentes = 04</li> <li>. Aceitar suborno = 02</li> <li>. Acumular funções de jornalista e assessor = 04</li> <li>. Roubar documentos = 02</li> <li>. Usar identidade falsa/mentir não ser jornalista = 11</li> <li>. Não retificar matéria quando houve erro = 11</li> </ul>	39%

Fonte: Dados coletados e organizados pelo autor a partir do website do Observatório da Imprensa.

G1 abrange quatro categorias que traduzem características expressas da informação jornalística veiculada: imprecisão, incorreção, distorção ou omissão de suas partes. Isto é, as ocorrências deste primeiro grupo evocam a ética quando a notícia/informação está inexata, falсеada, corrompida ou incompleta, quando o conteúdo comunicado contraria condições que são consideradas básicas e iniciais para a efetividade do jornalismo.

As categorias de G1 rotularam quase 40% do *corpus*, o que sinaliza a preocupação dos autores publicados no OI acerca desses deslizes, e mais ainda: a importância que essa arena dá a esses valores, praticamente inegociáveis dentro do plano da conduta ética dos jornalistas. Como historicamente o discurso jornalístico se desenvolveu apoiado em corolários como o da verdade e da fidelidade na narração dos acontecimentos, não são tolerados dados trocados, errados, pela metade ou ausentes. “Incorreção” e “imprecisão” mantêm algum parentesco e, às vezes, chegam a ser tratadas equivocadamente como sinônimas. O repórter pode relatar um episódio correto, mas com informações que não correspondem precisamente ao que se deu, como nas primeiras reportagens sobre o caso

do brasileiro morto pela Scotland Yard em Londres, confundido com terrorista. Em janeiro de 2006, em apenas dois dias, jornais brasileiros deram três versões diferentes sobre quantos policiais seriam acusados pela morte de Jean Charles de Menezes<sup>10</sup>.

A “incorreção” é um deslize de maiores proporções, como quando o inglês *Daily Telegraph* publicou matéria em 2009 dizendo que mulheres que consumiam álcool estavam mais suscetíveis a estupros, informação desmentida em seguida pelo próprio diário que teria cometido “erro de edição”<sup>11</sup>. “Incorreção” é quando o jornal identifica de forma errada alguém numa legenda de foto, a exemplo do colombiano *El Tiempo* que apontou em 2008 o ministro equatoriano Gustavo Larrea ao lado do guerrilheiro Raúl Reyes e precisou se desculpar<sup>12</sup>. Em 2004, foi a vez da *Associated Press*, a qual precisou se retratar por notícia falsa. A matéria relatava a queda de um meteorito perto de Olympia, em Washington. Na verdade, tratava-se de uma peça pregada pela fonte, um homem que dizia ser professor de astronomia, informação publicada sem a checagem esperada da agência<sup>13</sup>.

Mas “incorreção” e “imprecisão” podem se traduzir também em “distorção”, como quando há erros de tradução em textos de agências de notícia<sup>14</sup> ou quando a informação parece deliberadamente distorcida, como na cobertura da *Folha de S. Paulo*, em 2009, do caso Cesare Battisti<sup>15</sup>, ou pelo mesmo diário, em reunião do Partido dos Trabalhadores, em

<sup>10</sup> A crítica é de Uriano Mota, em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=365FDS002>. Acesso em: 12 dez. 2011.

<sup>11</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornal\\_pede\\_desculpas\\_por\\_afirmacao\\_machista](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornal_pede_desculpas_por_afirmacao_machista). Acesso em: 12 dez. 2011.

<sup>12</sup> Veja a nota em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/morre\\_o\\_escritor\\_arthur\\_c\\_clarke](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/morre_o_escritor_arthur_c_clarke). Acesso em: 19 dez. 2011.

<sup>13</sup> Ver detalhes em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ap-se-desculpa-por-noticia-falsa>. Acesso em: 29 nov. 2011.

<sup>14</sup> Luis Weis chama a atenção de um caso ocorrido em 2003, quando *O Estado de S. Paulo* traduziu artigo de Richard Cohen, do *Washington Post*, derrapando na tradução. Ao verter imprecisamente para o português, o jornal trouxe a frase “uma atitude de cavalheiro no sentido das liberdades civis” em vez de “uma atitude arrogante (*cavalier*, em inglês) em relação às liberdades civis”. Não chega a ser um erro catastrófico, mas a imprecisão corrompe o sentido do texto, gerando outros entendimentos, mais brandos. Mais detalhes em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq170620032.htm>. Acesso em: 09 jan. 2012.

<sup>15</sup> A queixa é de Celso Lungaretti, para quem “a *Folha* está ultrapassando todos os limites da ética jornalística”: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/folha\\_esperanca\\_deforma\\_e\\_distorce](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/folha_esperanca_deforma_e_distorce). Acesso em: 09 jan. 2012.

fevereiro de 2003<sup>16</sup>. São exemplos da prática as imagens transmitidas por emissoras russas sobre protestos no país em 2007, atenuando a violência policial<sup>17</sup>, e reportagem da *Time* de 2004 sobre a disposição da Índia em dar concessão territorial da região da Caxemira ao Paquistão<sup>18</sup>.

A distorção informativa também se dá quando o contexto não é oferecido, quando dados, fontes ou versões são suprimidas. Em 2001, Pedro Antonio Dourado de Rezende acusa *Veja* de publicar matéria sobre problemas da Microsoft com a justiça americana, omitindo fatos importantes do processo que condenava a empresa de software por monopólio<sup>19</sup>. No mesmo ano, Lúcio Flávio Pinto criticava manchete de *O Liberal*, dizendo que o estado do Pará tinha mais empregos que o Amazonas, informação que só teria sentido se levado em conta números absolutos e não a porcentagem relativa à população<sup>20</sup>. Em 2004, Alberto Dines, do OI, acusava a revista *Época* de omitir a fonte que entregou o vídeo que flagrava caso de corrupção envolvendo o então presidente da Loterj, Waldomiro Diniz, e o bicheiro Carlos "Cachoeira" Augusto Ramos<sup>21</sup>. Em 2006, parte da imprensa brasileira é criticada por omitir informações de pesquisa de opinião pública favoráveis ao então presidente da república Lula<sup>22</sup>; no mesmo mês de janeiro, Fabiano Reis apontava que a mídia parecia ignorar as verdadeiras causas do fechamento de três frigoríficos no Mato Grosso do Sul, atribuindo a responsabilidade à febre aftosa. Para o autor, problemas financeiros das empresas foram omitidos ao público<sup>23</sup>.

<sup>16</sup> Luiz Antonio Magalhães afirma que a *Folha de S. Paulo* divulgou uma manchete dizendo que José Genoíno e José Dirceu pretendiam expulsar alguns "radicais" do PT, quando na verdade não havia nada além de uma declaração de Genoíno dizendo que, na próxima reunião, levaria a proposta de uma advertência pública à senadora Heloísa Helena por ter se ausentado da votação à presidência do senado. Mais detalhes em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq120220034.htm> Acesso em: 15 fev. 2012.

<sup>17</sup> Ver em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/emissoras-distorcem-protestos-antigoverno>

<sup>18</sup> Oficiais indianos acusaram o chefe da sucursal da revista em Nova Delhi, Alex Perry, de distorcer fatos reportados a ele por um funcionário do governo. A explosiva região da Caxemira é disputada por Índia e Paquistão. Mais em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/time-tem-materia-questionada-na-india>. Acesso em: 16 fev. 2012.

<sup>19</sup> Ver em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/eno211120011.htm>. Acesso em: 27 nov. 2011.

<sup>20</sup> No contexto, o Pará teria um emprego para cada 27 habitantes e o Amazonas a cada 12 habitantes. Ver detalhes em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq211120013.htm>. Acesso em: 27 nov. 2011.

<sup>21</sup> Embora as imagens sejam de 2002, elas vieram a público dois anos depois, época da crítica de Dines. Ver em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-que-interessa-e-iluminar-a-area-cinzenta>. Acesso em: 27 nov. 2011.

<sup>22</sup> Detalhes em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=365IMQ002>. Acesso em: 28 nov. 2011.

<sup>23</sup> Ver em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-culpa-nao-foi-da-aftosa>. Acesso em: 28 nov. 2011.

Mais frequentes e visíveis neste mapeamento, as ocorrências categorizadas no G1 apontam principalmente para características da informação veiculada, isto é, a elementos do produto já confeccionado, embalado e distribuído. As preocupações em torno da notícia são importantes, claro, mas elas parecem contribuir para a opacidade de que há sujeitos envolvidos nos processos de produção da informação jornalística, tal qual um esquecimento. Neste sentido, as ocorrências do G2 lançam luzes para vícios de cobertura: “parcialidade”, “sensacionalismo ou exagero”, “pre-julgamento” e “ouvir apenas um dos lados”.

Responsável por quase um quarto dos casos mapeados na década, este segundo grupo de categorias aponta para deslizes como a informação tendenciosa, a apelação a instintos mais primitivos e imediatos do ser humano, a abordagem unilateral de um acontecimento e a tentação de jornalistas e veículos em atuarem como juízes em situações polêmicas e de litígio.

A “parcialidade” foi um dos deslizes mais identificados no *corpus*, aparecendo em 163 casos, frequência que sinaliza a preocupação com o equilíbrio nas coberturas, e o reforço (velado) a um valor jornalístico, questionado de forma recorrente: a imparcialidade. Esta contradição alimenta muitas controvérsias na categoria profissional e na academia, daí não entrarmos neste aspecto. Interessa mais mencionar alguns casos em que a “parcialidade” é tomada como ponto de partida e de apoio para uma discussão acerca da conduta esperada de jornalistas. Há casos em que um veículo em particular é taxado de parcial em sua abordagem, como a *Veja*, em 2009, ao ser “arbitrária” na acusação de corrupção a alguns políticos e a *Folha de S. Paulo* por classificar a ditadura militar brasileira como “ditabranda”<sup>24</sup>. Mas existem acusações mais amplas, sem distinção de meio, a exemplo da cobertura “tendenciosa” da mídia brasileira sobre a Lei de Biossegurança<sup>25</sup>, e a

<sup>24</sup> Esses casos rumorosos são citados por Luciano Martins Costa em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_selecao\\_arbitraria\\_da\\_imprensa](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_selecao_arbitraria_da_imprensa). Acesso em: 01 dez. 2011.

<sup>25</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_imprensa\\_no\\_embate\\_entre\\_humanismo\\_e\\_religiao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_imprensa_no_embate_entre_humanismo_e_religiao). Acesso em 01 dez. 2011.

da mídia norte-americana sobre as eleições presidenciais nos Estados Unidos, ambas em 2008<sup>26</sup>.

“Parcialidade” e “ouvir apenas um dos lados”, muitas vezes, estão ligados, como se pôde ver no portal Terra, que foi unilateral em matéria sobre ação de partidos de oposição no Tribunal Superior Eleitoral contra o presidente Lula por campanha antecipada, ou em matéria semelhante do jornal *O Globo*, mencionadas por Mauricio Caleiro em 2010<sup>27</sup>. Ou em 2003, quando a *Folha de S. Paulo* publicou carta do presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, Luiz Eduardo Greenhalgh, que desmentia reportagem publicada sobre o interrogatório com um dos suspeitos do assassinato de Celso Daniel<sup>28</sup>, onde o preso acusava Greenhalgh de tortura. Segundo Luiz Eduardo Magalhães, o jornal ouviu apenas o acusador, não apurando informações com mais ninguém que estava presente ao interrogatório<sup>29</sup>.

“Sensacionalismo” e “prejulgamento” são outros dois vícios de cobertura evidentes neste mapeamento. O exagero e o apelo às emoções mais superficiais são bastante criticados na arena do OI, como nos casos de coberturas de saúde. Foi assim com a febre amarela em 2008<sup>30</sup> e com a gripe suína (H1N1) em 2009, quando os meios de comunicação foram muito cobrados. Em “O Globo veste marrom”<sup>31</sup> e “A notícia e a tentação do alarmismo”, Luciano Martins Costa analisa a tendência exagerada nas redações, enquanto Celso Lungaretti, Gabriel Perissé e Michel Arbache recorrem a trocadilhos para dimensionar o pânico estampado nas notícias: “A epidemia do alarmismo jornalístico”<sup>32</sup>, “O apocalipse, a pandemíada”<sup>33</sup>

<sup>26</sup> Ver [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/cobertura\\_parcial\\_credibilidade\\_em\\_xeque](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/cobertura_parcial_credibilidade_em_xeque). Acesso em: 02 dez. 2011.

<sup>27</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_imprensa\\_e\\_as\\_campanhas\\_antecipadas](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_imprensa_e_as_campanhas_antecipadas). Acesso em: 03 dez. 2011.

<sup>28</sup> Celso Daniel era prefeito de Santo André (SP), quando foi morto em 2002. Motivações e mandantes ainda são desconhecidos, mas há suspeitas, inclusive, de envolvimento de políticos do partido do prefeito, o PT.

<sup>29</sup> Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/301220033.htm>. Acesso em: 20 jan. 2012.

<sup>30</sup> Ver [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo\\_que\\_mata](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_que_mata). Acesso em: 20 jan. 2012.

<sup>31</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o\\_globo\\_veste\\_marrom](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_globo_veste_marrom). Acesso em: 02 dez. 2011.

<sup>32</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_epidemia\\_do\\_alarmismo\\_jornalistico](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_epidemia_do_alarmismo_jornalistico). Acesso em: 02 dez. 2011.

<sup>33</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o\\_apocalipse\\_a\\_pandemia](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_apocalipse_a_pandemia). Acesso em: 03 dez. 2011.

e “Confundindo pandemia com pandemônio”<sup>34</sup>, respectivamente. Luiz Antonio Magalhães, em tom debochado – “Cadê a gripe que estava aqui?” –, cobra do *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, Carlos Eduardo Lins da Silva, o reconhecimento público de que o jornal teria dado uma “barriga vexaminosa” ao trazer na primeira página a informação de que, em dois meses, a H1N1 contaminaria 35 milhões de pessoas no Brasil, o que não se concretizou felizmente. Em 2010, em retrospectiva, Celso Lungaretti resumiria que a “epidemia era mesmo de mau jornalismo”<sup>35</sup>.

Tão nefasto quanto o “sensacionalismo”, a tendência a prejudicar também se dissemina. Três exemplos: em 2002, antes mesmo do final do inquérito da morte da cantora Cássia Eller, a revista *Veja* publicou na capa que as drogas haviam feito mais uma vítima<sup>36</sup>. A perícia mostraria depois que ela sofrera um enfarto. Em 2005, Luiz Weis disparava contra *Jornal Nacional* (TV Globo), *Veja* e *O Estado de S. Paulo*, que, num arroubo de denunciamento, estavam tratando arrolados na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios como culpados: “É a velha praga da mídia de condenar aos gritos e de absolver, ou o que o valha, aos sussurros”<sup>37</sup>. Em 2007, o *News of the World* publicou matéria acusando Alin Turcu de ter planejado sequestrar a cantora Victoria Beckham e seus filhos, fato que a justiça não comprovou e que obrigou um pedido formal de desculpas do jornal<sup>38</sup>.

É curioso perceber que, nas ocorrências do G2, os vícios de cobertura se parecem com comportamentos generalizados, amplamente disseminados nas equipes de produção, e não atitudes isoladas de um agente ou outro. Os vícios emergem como hábitos cristalizados, que atravessam as redações. Não se vê a origem do deslize, não se mencionam nomes,

<sup>34</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/confundindo\\_pandemia\\_com\\_pandemonio](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/confundindo_pandemia_com_pandemonio). Acesso em: 03 dez. 2011.

<sup>35</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_epidemia\\_era\\_mesmo\\_de\\_mau\\_jornalismo](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_epidemia_era_mesmo_de_mau_jornalismo). Acesso em: 03 dez. 2011.

<sup>36</sup> Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq160120025.htm>. Acesso em: 04 dez. 2011.

<sup>37</sup> Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/entra-escandalo-sai-escandalo-e-os-erros- ficam>. Acesso em: 04 dez. 2011.

<sup>38</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tabloide\\_britanico\\_se\\_desculpa\\_por\\_acusacao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tabloide_britanico_se_desculpa_por_acusacao). Acesso em: 04 dez. 2011.

ignora-se a sequência de tomadas de decisão que levaram à adoção de um tom parcial, exagerado ou condenatório. Mais uma vez, temos um apagamento das raízes do deslize ético.

O terceiro grupo de ocorrências do mapeamento reúne categorias que convergem para formas de impedimento do fluxo de informação: “censura”, “autocensura” e “impedir manifestações divergentes”. Na grande maioria das vezes, os textos no OI denunciam formas de amordaçamento por políticos<sup>39</sup>, Pentágono<sup>40</sup>, justiça<sup>41</sup>, comissões reguladoras<sup>42</sup> e governos mais fechados, como os do Irã<sup>43</sup>, Sudão<sup>44</sup>, Tailândia<sup>45</sup>, Bangladesh<sup>46</sup>. As ocorrências emergem como queixas também, reforçando o caráter de que tais práticas contrariam a natureza do jornalismo e ferem a liberdade de imprensa, um corolário dos regimes democráticos. É curioso evidenciar que a censura parece sempre vir de fora das redações, por agentes exógenos, e quase nunca de operadores internos. Dos 199 registros do G3, apenas 9% se referiam a casos de “autocensura”<sup>47</sup> e ações para “impedir manifestações divergentes”<sup>48</sup>, disparidade que sinaliza a dificuldade (ou indisposição?) para revelar e discutir casos em que o agente que interrompe o fluxo informativo é o próprio jornalista.

Por questões metodológicas, reunimos no quarto grupo as ocorrências que coincidiam com os chamados crimes de imprensa: “injúria” (atentar

<sup>39</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/john\\_mccain\\_pede\\_que\\_obama\\_torne\\_imagens\\_secretas](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/john_mccain_pede_que_obama_torne_imagens_secretas). Acesso em: 04 dez. 2011.

<sup>40</sup> Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mo230120026.htm>. Acesso em: 07 dez. 2011.

<sup>41</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/outra\\_vez\\_a\\_censura\\_togada](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/outra_vez_a_censura_togada). Acesso em: 07 dez. 2011.

<sup>42</sup> Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mo230120028.htm>. Acesso em: 07 dez. 2011.

<sup>43</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/governo\\_fecha\\_publicacoes\\_proriforma](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/governo_fecha_publicacoes_proriforma). Acesso em: 07 dez. 2011.

<sup>44</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalistas\\_protestam\\_contra\\_censura\\_com\\_greve\\_de\\_fome](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalistas_protestam_contra_censura_com_greve_de_fome) (Acesso em 04 dez. 2011) e [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornais\\_do\\_sudao\\_enfrentam\\_onda\\_de\\_repressao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornais_do_sudao_enfrentam_onda_de_repressao). Acesso em: 04 dez. 2011.

<sup>45</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/governo\\_ameaca\\_liberdade\\_na\\_internet](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/governo_ameaca_liberdade_na_internet). Acesso em: 07 dez. 2011.

<sup>46</sup> Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/midia\\_censurada\\_sob\\_estado\\_de\\_sitio](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/midia_censurada_sob_estado_de_sitio). Acesso em: 07 dez. 2011.

<sup>47</sup> Um exemplo é o pacto que as maiores publicações científicas norte-americanas fizeram em 2003, deixando de publicar artigos que pudessem “ameaçar a segurança nacional”, como detalhes de vírus com virtual uso em guerras biológicas. Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mo2602200393.htm>. Acesso em: 07 dez. 2011.

<sup>48</sup> A histeria pós-11 de setembro levou publicações como a *Veja* a simplesmente adotar o ponto de vista dos Estados Unidos, calando outras vozes: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq101020013.htm>. Acesso em: 07 dez. 2011.

contra a honra de alguém), “calúnia” (imputar falsamente um crime a alguém) e “difamação” (macular a reputação profissional de outrem)<sup>49</sup>. Nos casos colhidos, os deslizos oscilam entre a esfera jurídica e ética, embaçando os limites entre o que proíbe a lei e o que impede a norma de conduta profissional. Como tais fronteiras são muito diáfanas e os debates, complexos, não detalharemos o G4, o que nos permitirá fazê-lo em outra ocasião. No entanto, não poderíamos deixar de mencionar este que pode ser um interessante caminho para se discutir ética jornalística na contemporaneidade.

Outro viés emergente diz respeito a ocorrências ligadas às novas mídias e tecnologias, que reunimos no G5: “manipulação de imagem”, “invasão de privacidade”, “plágio”, “câmeras ocultas”, “gravação de declarações sem autorização da fonte”, “usar um *fake* para fazer matéria”, “violar e-mails e telefonemas” e “usar as redes sociais para disseminar informações falsas”. As últimas cinco categorias ainda são pouco frequentes no *corpus* que colhemos no OI entre 2001 e 2010, mas a sua presença já indica preocupações embrionárias acerca dessas práticas, já que flagrá-las ou determinar suas condições é ainda bastante difícil. Em compensação, já chamam muito a atenção os debates sobre limites éticos do tratamento de imagens estáticas ou em movimento<sup>50</sup>, sobre a autoria de reportagens e o reúso de conteúdos de terceiros<sup>51</sup>, e sobre as fronteiras público-privadas<sup>52</sup>. Esses temas são hipertrofiados pela cada vez mais ubíqua internet, pelos sistemas facilitadores de edição de material digital e pelo fenômeno das redes sociais. É claro que, antes desses três fatores, já existiam as preocupações quanto à apropriação de textos e imagens

<sup>49</sup> Na legislação brasileira, esses delitos são tipificados no Código Penal e estavam previstos na Lei de Imprensa (Lei nº 5250/67), extinta em 2009. São chamados de “crimes de imprensa” ou “crimes de opinião”.

<sup>50</sup> Existem veículos que reconhecem ter extrapolado, como *El Nuevo Herald*, que em 2006 manipulou duas fotos para fazer parecer que policiais cubanos estavam ignorando prostitutas que acenavam a turistas. Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornal\\_admite\\_manipulacao\\_de\\_imagens](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornal_admite_manipulacao_de_imagens). Acesso em: 11 jan. 2012.

<sup>51</sup> Ficaram famosos casos como os de Jason Blair (*The New York Times*) e Stephen Glass (*The New Republic*), que inventavam histórias e copiavam trechos inteiros de matérias de colegas, mas eles não eram os únicos... [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/cresce\\_o\\_numero\\_de\\_fraudadores\\_descobertos](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/cresce_o_numero_de_fraudadores_descobertos). Acesso em: 11 jan. 2012.

<sup>52</sup> As ocorrências mais comuns de invasão de privacidade estão ligadas à atuação de *paparazzi*, como em [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/namorada\\_do\\_principe\\_denuncia\\_jornal\\_por\\_foto](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/namorada_do_principe_denuncia_jornal_por_foto). Acesso em: 11 jan. 2012. Mas e quando é capturada a troca de e-mails de dois ministros do Supremo Tribunal Federal? Ver: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exposicao\\_de\\_miserias\\_e\\_riquezas\\_humanas](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exposicao_de_miserias_e_riquezas_humanas). Acesso em: 20 jan. 2012.

alheios, quanto ao respeito à intimidade e quanto ao uso de métodos trapaceiros para se conseguir informações. As novas tecnologias não criaram esses dilemas, apenas atualizaram as velhas questões.

Um sexto grupo de registros abrange outros desvios de conduta, que em alguns casos tangenciam a área criminal. Afinal “aceitar suborno” pode significar corrupção, “roubar documentos” pode equivaler à apropriação indébita e “usar identidade falsa/mentir não ser jornalista” pode ser traduzido como falsidade ideológica. As demais categorias do G6 estão circunscritas à esfera de atuação do jornalista, mas suas ocorrências são escassas em comparação com outras classes deste mapeamento. “Vazamentos no sigilo de fontes”, “obter vantagens como jornalista”, “receber presentes”, “acumular funções de jornalista e assessor na mesma área em que atua” e “não retificar matéria quando houve erro”, juntas, representam 2,7% dos registros coletados. A exemplo do que acontece com parte do G3, a raridade das menções pode indicar a pouca frequência, sua difícil identificação ou mesmo a indisposição dos sujeitos em relatar tais casos ou em discuti-los. A determinação dessas motivações transcende o escopo deste artigo, mas interessa sobremaneira a quem se dedica a discutir os meandros da configuração ética no jornalismo profissional.

A apresentação das categorias de análise, dos agrupamentos desses registros e o rápido sobrevoo acerca das principais modalidades de deslizos colhidos no período insinuam parte do trabalho a que nos dedicamos nos últimos três anos. O mapeamento das formas como a ética jornalística vem se apresentando na primeira década deste século não se esgota em um espaço limitado como este, mas nosso objetivo de oferecer uma visão panorâmica nos induz a detalhar seus aspectos logo em seguida. Como já dissemos, um mapa não é o território, mas um recorte, uma representação. Limitado de partida, mas útil para uma noção de conjunto. Podemos afirmar que a ética jornalística na primeira década do século, observada a partir do *website* do Observatório da Imprensa, é uma ética dinâmica, fragmentada, tensa, contraditória, que retoma velhos dilemas em novos formatos e que sinaliza para a emergência de novas bases deontológicas. É uma ética em que se operam estratégias para certos apa-

gamentos da origem de alguns deslizos, atendendo à conveniência de parte da comunidade dos agentes. É uma ética que ainda carece de amadurecimento, de disposição para enfrentar dilemas e transcender valores, e da perenidade nesses esforços. Enfim, uma ética no tempo gerúndio, em contínuo movimento, ansiosa para se efetivar.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Marco Antonio Roxo da. *Media Criticism à brasileira: o Observatório da Imprensa*. GT Estudos de Jornalismo, X Reunião Anual da Compós, Brasília, 2001
- BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIRD, Elizabeth S. The future of journalism in the digital environment. *Journalism: Theory, practice and criticism*, v. 10, n. 3, p. 293-295, jun. 2009.
- BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BUCCI, Eugênio. *A imprensa e o dever da liberdade*. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério; OLIVEIRA, Cândida. *Jornalismo pós-WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação*. Contemporânea (UFBA/Online), v. 9, p. 86-100, 2011.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. O caso do Brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. *Cuadernos de Información*, v. 29, p. 25-34, 2011.
- DEUZE, Mark. Participation, Remediation, Bricolage: Considering Principal Components of a Digital Culture. *The Information*, v. 22, n. 2, p. 63-75, 2006.
- EGYPTO, Luiz; MALIN, Mauro. Um observatório, mais observatórios. IN: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. *Observatórios de Mídia: Olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.
- FOREMAN, Gene. *The ethical journalist*. Making responsible decisions in the pursuit of news. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- GILLMOR, Dan. *We the Media: Grassroots Journalism by the People, for the People*. EUA: O'Reilly Media, Inc., 2004.

- GOODWIN, H. Eugene. *Procura-se ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.
- HULTENG, John L. *Os desafios da comunicação: problemas éticos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- KARAM, Francisco José; CHRISTOFOLETTI, R. Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação. In: SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas A.; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso. (Org.). *Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. 1ª ed. Salvador-Brasília: EdUFBA-Compós, 2011.
- KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- KEEBLE, Richard. *Ethics for journalists*. London: Routledge, 2006.
- KRIPPENDORFF, Klaus. *Metodología del análisis de contenido*. Barcelona. Paidós Ibérica, 1990.
- LOURES, Ângela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. IN: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. *Observatórios de Mídia: Olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hackers Editores, 2000.
- MEYER, Philip. *Ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989.
- PALACIOS, Marcos. Os Blogs e o alargamento do campo jornalístico. In: SEMINÁRIO Cultura e Pensamento (MINC/MEC), Recife, 2007. Disponível em: [https://docs.google.com/presentation/view?hl=en.&id=adf4grpvm38\\_758f66zf](https://docs.google.com/presentation/view?hl=en.&id=adf4grpvm38_758f66zf). Acesso em: 10 abr. 2011.
- SALAVERRÍA, Ramón; GARCÍA AVILÉS, José Alberto. La convergencia tecnológica em los medios de comunicación: retos para el periodismo. *Trípodos*, n. 23, Barcelona, 2008, p. 31-47.
- WARD, Stephen J. A. *The invention of journalism ethics*. The path to objectivity and beyond. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.